

EMPREENDEDORISMO POLÍTICO: AÇÕES CONSORCIADAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A CIDADE DE MAUÁ

Esdras da Silva Costa*

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo identificar as variáveis latentes relacionadas aos desafios que serão impostos para a gestão pública municipal de Mauá diante de um cenário econômico pós-pandemia (Covid-19). O artigo possui abordagem quantitativa, sendo o tipo de pesquisa classificada como exploratória, utilizando enquanto método a análise multivariada de dados por meio da Análise Fatorial Exploratória – AFE para validar os dados analisados. Enquanto resultados, a AFE identificou os seguintes parâmetros: $KMO = 0,845$, $p = 0,000$ e $MSA < 0,70$. A comunalidade de todas as variáveis obteve resultado igual e maiores que 0,50. Variância total explicada de 66,91% e cargas fatoriais $> 0,70$. A AFE também identificou um único fator, denominado de ações consorciadas, estando as assertivas embasadas sob quatro eixos: (i) desenvolvimento econômico; (ii) transporte público; (iii) mobilidade urbana; e (iv) desenvolvimento institucional. Dessa forma, a pesquisa identifica que todos os eixos apresentados poderão integrar uma já existente agenda regional, sob a denominação de ações consorciadas, de acordo com a variável latente identificada pela técnica de AFE.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão pública; Desenvolvimento econômico; Ações consorciadas.

POLITICAL ENTERPRISING: JOINT ACTIVITIES AND POSSIBLE SOLUTIONS FOR THE CITY OF MAUÁ, BRAZIL

RESUMO: Current study identifies variables related to challenges imposed on municipal administration in Mauá, Brazil, within the post Covid-19 pandemic context. Quantitative and exploratory research employs multivariate analysis of data by the Exploratory Factorial Analysis (EFA) to validate analyzed data. EFA identified parameters $KMO = 0.845$; $p = 0.000$; $MSA < 0.70$. All variables obtained results equal too or higher than 0.50. Total variance at 66.91% and factorial loads > 0.70 . EFA identified a single factor, called joint activities, with assertions based on four axes: (i) economic development; (ii) public transport; (iii) urban mobility; and (iv) institutional development. Consequently, research identified all axes may integrate an already existing

* Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do SUL (USCS). Coordenador e Docente na Faculdade de Mauá (FAMA), Mauá (SP), Brasil. E-mail: dasilva@bol.com.br

regional agenda under the heading joint actions, according to the latent variable identified by EFA technique.

KEY WORDS: Public administration; Economic development; Joint actions.

INTRODUÇÃO

As gestões públicas municipais precisarão buscar alternativas exequíveis mediante um cenário pós-pandemia. Contudo, é possível compreender que o processo de busca e de formulação das possíveis alternativas reside na área de políticas públicas, cabendo à área de políticas pública a incumbência de formular intervenções de caráter econômico, social e de provisão dos serviços públicos (MADEIRA *et al.*, 2020). Esse debate, por sua vez, não possui caráter único municipal, devendo ser transbordado para instituições e arranjos metropolitanos.

Desse modo, as discussões sobre regiões metropolitanas inserem-se sob uma nova realidade contemporânea, criando novos desafios para as gestões públicas e exigindo respostas relevantes e oportunas para os problemas atuais. Nesse contexto, uma região metropolitana torna-se produto do crescimento econômico e físico das cidades e de seu entorno (PEREZ, 2014). Dessa forma, as regiões metropolitanas são caracterizadas por seus constantes desafios, tais como os níveis de empregos, a manutenção das cadeias produtivas e poluição ambiental (KLINK, 2009), exigindo ações coordenadas de seus empreendedores políticos e o desenvolvimento institucional, a fim de proporcionar respostas satisfatórias para os desafios de manutenção e melhora dos índices de empregos, da mesma forma, proporcionar a conservação e a expansão das cadeias produtivas regionais e a diminuição dos indicadores de poluição ambiental.

Assim, o uso da temática empreendedorismo político surge respaldada nas concepções de empreendedorismo no setor privado, alinhadas ao conceito de inovação e de empreendedorismo de Schumpeter (1964). Contudo, as ações que caracterizam os empreendedores no campo da política estão diretamente ligadas na promoção de bens sociais (ALMEIDA, 2019). As ações de ganhos sociais podem surgir por meio de um processo de inovação que resulte em melhorias para o bem coletivo,

por meio de promoções governamentais e arranjos institucionais (CAPELLA, 2016; EMMENDOERFER, 2019).

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo identificar as variáveis subjacentes relacionadas aos desafios que serão impostos para a próxima gestão pública do município de Mauá, mediante um cenário econômico pós-pandemia (Covid-19), a fim de proporcionar possíveis alternativas para os respectivos empreendedores políticos locais.

Para fins metodológicos, o artigo apresenta uma abordagem quantitativa, delineado por meio de procedimentos estatísticos, resultando na quantificação dos dados (OLIVEIRA, 2011). Seu tipo de pesquisa está classificado como exploratória, a fim de proporcionar maior compreensão sobre a temática pesquisada (GIL, 2010; COSTA, 2018). Enquanto método, a pesquisa valeu-se do uso da Análise Multivariada de Dados, por meio da técnica de Análise Fatorial Exploratória – AFE, com o auxílio do software *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS* (IBM SPSS).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de fundamentação teórica discorre sobre o conceito de empreendedorismo, adotando as premissas schumpeterianas de empreendedor, posteriormente deslocando as contribuições de mercado para o cenário político, por meio da temática denominada de empreendedorismo político e suas características, sobretudo quando relacionadas ao processo de mudança na esfera pública.

2.1 EMPREENDEDORISMO POLÍTICO

Todo conceito de empreendedorismo, ou seja, a exata noção de um indivíduo empreendedor percorrerá as concepções schumpeterianas, difundindo o empreendedorismo ao conceito de inovação (SCHUMPETER, 1964). Nesse cenário, o empreendedor provoca a mudança por meio de uma nova força, novos produtos e serviços que, via de regra, substituirão os já existentes. Dessa forma, o processo de modificação realizado por um empreendedor se expande, logo acompanhado por outros empreendedores resultando em um novo ciclo com novas mudanças.

Resende *et al.*, (2020) descrevem que a teoria sobre empreendedorismo político (no setor público) estão baseadas nos conceitos de empreendedorismo no setor privado, alinhando a temática empreendedorismo ao conceito de inovação de Schumpeter. Nesse contexto, as ações empreendedoras têm importância imperiosa para o processo de desenvolvimento econômico e social. Em suma, as intervenções empreendedoras também estão sistematizadas no conceito político, resultando em ações que se refletem em bens sociais (ALMEIDA, 2019). Contudo, quando relacionado à literatura de políticas públicas, o empreendedorismo político ganha destaque a partir da década de 1980 (CAPELLA, 2016).

Silva e Teixeira (2011) descrevem que os estudos existentes sobre empreendedorismo político estavam vinculados em líderes empreendedores, responsáveis por realizar mudanças inovadoras de cunho político e social. A exemplo de Celso Daniel, responsável pela idealização do Consórcio Intermunicipal da Grande ABC, fundado no ano de 1990, para proporcionar ações integradas e sinergia entre as prefeituras locais. Outra abordagem acerca do conceito de empreendedorismo político observa a função dos empreendedores quanto as políticas de desenvolvimento, destinadas ao setor público (SILVA; TEIXEIRA, 2011). Para exemplificar essa discussão, o Quadro 1 apresenta as manifestações do fenômeno empreendedorismo, este com suas ações destinadas ao setor público.

Quadro 1. Ações empreendedoras (para fins públicos)

	Ações empreendedoras no setor público
Objetivos	Múltiplos variáveis, de certa forma, mal definidos.
Autoridade	Maior nível de autoridade e centralização.
Processo de decisão	Menor autonomia e flexibilidade.
Motivação	Baixos incentivos financeiros; sem redistribuição de lucros.
Inovação	Atuam na busca por superar entraves burocráticos e políticos que muitas vezes restringem as inovações.
Risco	Assume grandes riscos organizacionais sem tomar grandes riscos pessoais.
Proatividade	Entende o negócio, bem como se apoia na oportunidade para crescimento.
Financiamento	Não são orientados para o lucro; buscam obter financiamentos para projetos de interesse público.

Fonte: Adaptado de Resende; Emmendoerfer; Moraes; Valadares, (2020).

As ações de empreendedorismo político, destinadas ao setor público, surgem de inovações que promovam melhorias para o bem coletivo, ou proporcionar alternativas exequíveis a partir de soluções adequadas (EMMENDOERFER, 2019). Sendo assim, o empreendedor político está posicionado atuando de forma direta nas estruturas governamentais, investindo tempo, energia, reputação e recursos sociais na defesa de determinadas propostas, observando o bem coletivo com base em uma expectativa de ganhos futuros (CAPELLA, 2016).

A atuação do empreendedor político concentra-se no debate sobre as alterações a serem realizadas na esfera política e pública, discutindo e elaborando ideias, assim como também propondo formas efetivas de melhorias e resolução de problemas (CAPELLA, 2016).

Por fim, as respectivas abordagens apresentadas sobre o termo empreendedorismo político não se esgotam nessa discussão, mas tornam-se representativas atuando como abordagens preliminares para compreender a temática e as suas múltiplas dimensões, mediante discussões e debates futuros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem abordagem quantitativa, nesse caso, o processo de validação dos dados é realizado por meio de procedimentos estatísticos, que resulta na quantificação e generalização os dados (OLIVEIRA, 2011). O tipo de pesquisa está classificado como exploratória, para proporcionar maior compreensão sobre a temática pesquisada e obter maior familiaridade dos resultados (GIL, 2010; COSTA, 2018).

O processo de coleta de dados se deu por meio de um *survey* on-line, realizado entre os dias 16 e 20 de julho de 2020, obtendo em sua totalidade 178 respondentes. Quanto ao instrumento de questionário, sua fundamentação segue acerca do uso de documentos oficiais, Lei de Incentivos Seletivos (lei nº 3.557/2003 e decreto nº 6.691/2005), e por meio de proposições que seguem o plano de governo de pré-candidatos ao pleito municipal de 2020 da cidade de Mauá.

O instrumento utilizado para o processo de coleta dos dados tem duas fases - a primeira com perguntas relacionadas ao gênero, à faixa etária, ao ramo de atividade

e ao nível de escolaridade dos respondentes. Já a segunda fase contempla perguntas em um formato de escala linear, com atribuição de notas pelos respondentes em uma escala de 0 a 10, sendo 0 discordo totalmente e 10 concordo totalmente. Foram desenvolvidas oito assertivas, expostas no Quadro 2, que segue.

Quadro 2. Assertivas

Nº da Variável	Assertivas
VAR1	O legislativo de Mauá aprovou em 2003 a Lei de Incentivos Seletivos, com isenções para as empresas que optem por investir no município. Descreva sua percepção para a frase a seguir “Isenções para os setores prejudicados diretamente (Covid-19). Indústria, Comércio, e Serviços que reduziram suas atividades durante a Pandemia. Dessa forma, proporcionando a preservação do emprego e renda dos municípios”.
VAR2	Buscar parceria junto ao SEBRAE para promover projetos de formalização (MEI) para os vendedores que se encontram em situação irregular (ambulantes), proporcionando alocação adequada e promovendo feiras (exemplo: artesanatos e diversas).
VAR3	Extensão do atual modelo de trem expresso, com a inclusão da cidade de Mauá. Atualmente o trem expresso atende as estações de Santo André, São Caetano do Sul e Tamanduateí.
VAR4	Desenvolver estudos para a implantação de Semáforos Inteligentes nas vias públicas (arteriais) com maior circulação de veículos, proporcionando melhorias na mobilidade urbana com base no intenso fluxo de pedestres e veículos automotores.
VAR5	Circular Faculdade de Ribeirão Pires. Possibilidade de criação de uma linha de ônibus para atender os municípios entre as divisões de Mauá e Ribeirão Pires. Moradores de Mauá que optarem por buscar qualificação profissional na Faculdade de Ribeirão Pires, levando em consideração que a faculdade se encontra na divisa de ambos os municípios.
VAR6	Possibilidade de retomar a discussão sobre a criação de uma Incubadora de Empresas – Mista (empresas tradicionais e de base tecnológica). Retomada da discussão em parceria com o SEBRAE e com as IES locais.
VAR7	Desenvolver pesquisa para compreender a percepção do servidor público (de Mauá) sobre o seu trabalho e sua respectiva função.
VAR8	Cabe a gestão pública desenvolver ações que resultem na melhora do clima organizacional de sua equipe contribuindo para a qualidade de vida dos colaboradores e, consequentemente, dos resultados de desempenho no trabalho, como também na reformulação das políticas internas e reestruturação da organização autárquica.

Fonte: Elaboração Própria (2020).

Para a fase de análise dos dados, foi utilizada a Análise Multivariada de Dados, por meio da técnica denominada de Análise Fatorial Exploratória – AFE, com o auxílio

do software *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS* (IBM SPSS). Para tanto, a técnica estatística AFE precisa respeitar os seguintes parâmetros: *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO), de Esfericidade de *Bartlett*, de *Mensure of Sampling Adequacy* (MSA), comunalidade, variância total explicada (HAIR *et al.*, 2009; PREARO *et al.*, 2011).

O método Varimax foi utilizado para a retenção fatorial, desse modo, diminuindo o número de variáveis com cargas fatoriais altas concernentes em um mesmo fator (MALHOTRA, 2012).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DO PERFIL

O perfil da amostra apresentou uma superioridade do gênero feminino representando 60,7% dos respondentes, quanto 39,3% do gênero masculino. Referente à idade dos respondentes, foram classificados respeitando as premissas para o processo de classificação de idades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, expostos sob a seguinte forma: entre 18 a 29 anos (39,9%), entre 30 a 49 anos (42,7%), entre 50 e 59 anos (13,5%), 60 anos ou mais (3,9%).

Quanto ao ramo de atividade, os respondentes estão expostos em indústria (19,1%), comércio (14%), serviços (36%), autônomos (9,6%), informais (0,6%) e desempregados (20,8%). Para o perfil nível de escolaridade, segue a seguinte descrição: médio incompleto (1,1%), médio completo (11,2%), superior incompleto (30,3%), superior completo (33,1%) e pós-graduados (24,2%). Por fim, o perfil também questionou acerca do impacto da pandemia (Covid-19) no segmento dos respondentes. Uma superioridade dos respondentes afirmou que a pandemia afetou diretamente o segmento em que atuam e /ou atuavam (77,5%), apenas 22,5% dos respondentes afirmaram que a pandemia não afetou diretamente o segmento em que atuam.

4.2 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA – AFE

Após o processo de tabulação dos dados foi iniciada a segunda fase da pesquisa, sendo operacionalizada por meio da técnica multivariada denominada de Análise Fatorial Exploratória – AFE. A técnica de AFE se faz importante pela possibilidade de realizar análises das estruturas e suas inter-relações, definindo um conjunto de

dimensões comuns pelo processo de simplificação dos dados (PESTANA; GAGEIRO, 1998; HAIR *et al.*, 2009). Nesse caso, o uso da técnica permitiu identificar a variável latente, objeto de pesquisa do presente artigo. Para tanto, a técnica deverá cumprir os seguintes parâmetros: testes de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) maior que 0,6; teste de Esfericidade de *Bartlett* ($<0,5$); *Mensure of Sampling Adequacy* (MSA) ($>0,5$); comunalidade ($>0,5$); variância total explicada ($>0,5$) (PESTANA; GAGEIRO, 1998; HAIR *et al.*, 2009).

Em uma primeira rodada, a AFE obteve um KMO de 0,860 ($p=0,000$), com todas as variáveis obtendo um MSA superior a 0,70. Contudo, o teste de comunalidade apresentou fragilidade para a VAR1 ficando abaixo do padrão estabelecido ($>0,5$), sendo a variável: “O legislativo de Mauá aprovou em 2003 a Lei de Incentivos Seletivos, com isenções para as empresas que optem por investir no município. Descreva sua percepção para a frase a seguir “Isenções para os setores prejudicados diretamente (Covid-19). Indústria, Comércio, e Serviços que reduziram suas atividades durante a Pandemia. Dessa forma, proporcionando a preservação do emprego e renda dos municípios” (,390). A variância total explicada foi de 62,77%. Por meio da fragilidade imposta, e na tentativa de melhorar o modelo estatístico a variável (VAR1) foi excluída e, posteriormente, realizada uma nova análise.

Após a exclusão da variável VAR1 a AFE apresentou os seguintes resultados: (KMO=0,845, $p=0,000$ e MSA $<0,70$ para as demais variáveis testadas. A comunalidade de todas as variáveis obteve resultado $= >0,50$. Nesse contexto, o modelo também apresentou 66,91% da variância total explicada. A Tabela 1 apresenta uma síntese da primeira rodada de AFE, por meio de seus parâmetros e resultados obtidos.

Tabela 1. Síntese da AFE

Rodada	KMO	Variável excluída	Motivo da exclusão	Variância total explicada
1º	0,860	“O legislativo de Mauá aprovou em 2003 a Lei de Incentivos Seletivos, com isenções para as empresas que optem por investir no município. Descreva sua percepção para a frase a seguir “Isenções para os setores prejudicados diretamente (Covid-19). Indústria, Comércio, e Serviços que reduziram suas atividades durante a Pandemia. Dessa forma, proporcionando a preservação do emprego e renda dos municípios”	Comunalidade=(,390)	62,77%

Fonte: Elaboração Própria (2020).

Posteriormente, as assertivas testadas foram agrupadas em um único fator, sendo possível realizar uma síntese dos resultados por meio do Quadro 3, contendo a matriz de componentes.

Quadro 3. Matriz de componentes

Nº da Variável	Assertivas	Matriz
VAR6	Possibilidade de retomar a discussão sobre a criação de uma Incubadora de Empresas – Mista (empresas tradicionais e de base tecnológica). Retomada da discussão em parceria com o Sebrae e com as IES locais.	,877
VAR5	Circular para a Faculdade de Ribeirão Pires. Possibilidade de criação de uma linha de ônibus para atender os municípios entre as divisões de Mauá e Ribeirão Pires. Moradores de Mauá que optarem por buscar qualificação profissional na Faculdade de Ribeirão Pires, levando em consideração que a faculdade se encontra na divisa de ambos os municípios.	,843
VAR8	Cabe a gestão pública desenvolver ações que resultem na melhoria do clima organizacional de sua equipe contribuindo para a qualidade de vida dos colaboradores e, conseqüentemente, dos resultados de desempenho no trabalho, como também na reformulação das políticas internas e reestruturação da organização autárquica.	,838
VAR4	Desenvolver estudos para a implantação de Semáforos Inteligentes nas vias públicas (arteriais) com maior circulação de veículos, proporcionando melhorias na mobilidade urbana com base no intenso fluxo de pedestres e veículos automotores.	,830
VAR7	Desenvolver pesquisa para compreender a percepção do servidor público (de Mauá) sobre o seu trabalho e sua respectiva função.	,823
VAR2	Buscar parceria junto ao SEBRAE para promover projetos de formalização (MEI) para os vendedores que se encontram em situação irregular (ambulantes). Proporcionar alocação adequada e promover feiras (exemplo: artesanatos, e diversas).	,797
VAR3	Extensão do atual modelo de trem expresso, com a inclusão da cidade de Mauá. Atualmente o trem expresso atende as estações de Santo André, São Caetano do Sul e Tamanduateí.	,707

Fonte: Elaboração Própria (2020).

Todas as variáveis testadas apresentaram elevadas cargas fatoriais ($>0,70$) possibilitando maior robustez dos dados analisados. Para fins teóricos são aceitáveis cargas fatoriais com pesos acima de 0,40 (HAIR *et al.*, 2009).

Dessa forma, a pesquisa identificou uma única variável latente, corroborando com o seu objetivo principal em identificar os desafios que serão impostos para a gestão pública municipal de Mauá diante de um cenário econômico pós-pandemia (Covid-19). O Quadro 4 apresenta as assertivas agrupadas em seu fator (variável latente identificada).

Quadro 4. Fator

Assertivas	Fator
Possibilidade de retomar a discussão sobre a criação de uma Incubadora de Empresas – Mista (empresas tradicionais e de base tecnológica). Retomada da discussão em parceria com o SEBRAE e com IES locais.	Ações Consorciadas
Circular para a Faculdade de Ribeirão Pires. Possibilidade de criação de uma linha de ônibus para atender os municípios entre as divisões de Mauá e Ribeirão Pires. Moradores de Mauá que optarem por buscar qualificação profissional na Faculdade de Ribeirão Pires, levando em consideração que a faculdade se encontra na divisa de ambos os municípios.	
Cabe à gestão pública desenvolver ações que resultem na melhora do clima organizacional de sua equipe contribuindo para a qualidade de vida dos colaboradores e, consequentemente, dos resultados de desempenho no trabalho, como também na reformulação das políticas internas e reestruturação da organização autárquica.	
Desenvolver estudos para a implantação de Semáforos Inteligentes nas vias públicas (arteriais) com maior circulação de veículos, proporcionando melhorias na mobilidade urbana com base no intenso fluxo de pedestres e veículos automotores.	
Desenvolver pesquisa para compreender a percepção do servidor público (de Mauá) sobre o seu trabalho e sua respectiva função.	
Buscar parceria junto ao SEBRAE para promover projetos de formalização (MEI) para os vendedores que se encontram em situação irregular (ambulantes). Proporcionar alocação adequada e promover feiras (exemplo: artesanatos, e diversas).	
Extensão do atual modelo de trem expresso, com a inclusão da cidade de Mauá. Atualmente o trem expresso atende as estações de Santo André, São Caetano do Sul e Tamanduateí.	

Fonte: Elaboração Própria (2020).

Após finalizada a AFE, foi permitido identificar o processo de simplificação dos dados, caracterizado por meio de dimensões subjacentes (variável latente), sendo identificado um único fator, denominado de Ações Consorciada. A expressão ações consorciada surge como uma necessidade de formular e articular debates promovidos mediante interesses universais entre municípios e sua região, tendo em vista o rápido crescimento das cidades e o seu acúmulo de problemas. Sendo assim, o processo de articulações entre os entes federativos surge como forma profícua para proporcionar a consolidação das políticas públicas em uma perspectiva regional (RÉ; OLIVEIRA, 2018). Nesse caso, a cooperação sob forma horizontal, poderá ser uma escolha adequada para buscar respostas aos problemas de ordem municipal e regional.

Porém, as ações de associativismo tornam-se em um sistema complexo e cercado por heterogeneidade, sendo resultante de um processo de interação com diferentes agentes locais (LÜCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, 2017). Contudo, a interação entre os membros inseridos em uma estrutura de consórcio público intermunicipal se constitui em importante alternativa para promover soluções aos problemas comuns em uma determinada região, por meio de ações integradas, além de proporcionar a cooperação entre Estados e municípios (PEREIRA; MOREIRA, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais da presente pesquisa serão delineadas por meio de proposições estando relacionadas a quatro eixos fundamentais para o processo de aperfeiçoamento das políticas públicas do município de Mauá (foco da pesquisa), também ampliando o debate para as discussões sobre integração regional e governança. Nesse caso, dando ênfase para as ações consorciadas enquanto variável latente identificada por meio do estudo.

Dessa forma, os quatro eixos que nortearão esta consideração são: (i) desenvolvimento econômico; (ii) transporte público; (iii) mobilidade urbana; (iv) desenvolvimento institucional. Todos os eixos apresentados poderão integrar a agenda de ações consorciadas, de acordo com a variável latente estatisticamente identificada.

O primeiro eixo, desenvolvimento econômico, traz como proposição a discussão por meio do arranjo institucional Consórcio Intermunicipal da Grande ABC

acerca da retomada da agenda sobre as discussões inerentes a Incubadora de Empresas (desativada pela gestão de Mauá). A discussão seria retomada em conjunto com o SEBRAE e das IES locais, a exemplo de Faculdade de Mauá – FAMA e FATEC (pelas suas atuações acadêmicas e acúmulo de conhecimento frente às reais demandas locais e regionais, além de comporem profissionais com renomada atuação de mercado), levando em consideração a possibilidade de criação de uma incubadora mista. As incubadoras mistas (tradicional e de base tecnológica) consideram como sendo de maior relevância o incentivo ao empreendedorismo local/regional, o desenvolvimento econômico local/regional, e o processo de desenvolvimento tecnológico (SIQUEIRA, 2003).

Ainda enquanto proposição do eixo de desenvolvimento econômico, também seria pauta da agenda o processo de formalização do Microempreendedor Individual (MEI) inseridos nas sete cidades sob a perspectiva de criação de parceria com o SEBRAE. Dessa forma, poderão ser discutido entre as prefeituras das sete cidades (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) locais adequados para comportar profissionais autônomos que optarem pela formalização (MEI) contribuindo com a promoção do terceiro setor. Também poderá ser debatida a possibilidade de criação de feiras livres (a ser discutida pelas prefeituras) para diversos segmentos tais como o artesanato e o foodtruck. Nesse caso, todo o processo seria assistido, e/ou realizado em parceria com o SEBRAE, tendo em vista o acúmulo de conhecimento da instituição frente à temática.

O segundo eixo, transporte público, apresenta enquanto proposição a extensão do atual modelo de trem expresso (Expresso ABC). O Expresso ABC opera desde novembro de 2016, de segunda à sexta-feira, nos horários de pico, contemplando as cidades de Santo André, São Caetano do Sul e Tamanduateí. Nesse contexto, a possibilidade de ampliação do serviço beneficiará diretamente moradores de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Por meio da oferta de ampliação do serviço, os moradores de Mauá e demais municípios reduzirão o tempo médio de viagem. Tal proposta já foi discutida pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, contudo a retomada dessa discussão se faz importante mediante a possibilidade de melhorias no transporte público em caráter intermunicipal.

O terceiro eixo, denominado de mobilidade urbana apresenta enquanto proposição a promoção de estudos para implantar Semáforos Inteligentes nas principais

vias artérias dos municípios. Atualmente as vias artérias municipais encontram-se esgotadas pelo acúmulo de veículos em plena circulação diária. Enquanto ações consorciadas cabe a promoção de estudos sob as diretrizes do Consórcio Intermunicipal da Grande ABC sobre a possibilidade de utilização de Semáforos Inteligentes para vias de grande circulação entre os municípios, desprezando vias que já utilizam do atual modelo e destacando os custos de aquisição e de implantação. Desse modo, adequando as cidades ao conceito de *Smart Cities*, para proporcionar melhora na circulação de veículos e de pedestres.

Ainda sobre o eixo de mobilidade urbana, este também contempla a criação de uma linha de ônibus para proporcionar melhor mobilidade para os munícipes da cidade de Mauá que optarem por buscar qualificação profissional na IES localizada nos limítrofes entre os dois municípios (Mauá e Ribeirão Pires), respeitando a vontade de ambas as gestões envolvidas (prefeituras de Mauá e Ribeirão Pires) sobre o diálogo do Consórcio Intermunicipal da Grande ABC.

O quarto eixo, desenvolvimento institucional, segue mediante duas proposições fundamentadas na responsabilidade das gestões públicas em desenvolver pesquisas para compreender a percepção do servidor público (de Mauá), e também das demais cidades, sobre o seu trabalho e sua respectiva função. Também cabe à gestão pública desenvolver ações que resultem na melhora do clima organizacional de sua equipe contribuindo para a qualidade de vida dos colaboradores e, conseqüentemente, dos resultados de desempenho no trabalho, como também na reformulação das políticas internas e reestruturação da organização autárquica.

As ações consorciadas deverão ser responsáveis por desencadear diálogos entre os entes federados, a fim de desenvolver estratégias que resultem em reinvenções e no desenvolvimento regional sob forma integrada, abrindo espaço para o diálogo por meio de um processo de governança do espaço metropolitano (SOUZA; REZENDE; HARDT, 2007; MOURA; HOSHINO, 2015).

Deve-se ressaltar que, apesar do rigor científico, surgem limitações frente à pesquisa que devem ser observadas, com ênfase para o razoavelmente pequeno número de assertivas elaboradas, abarcando os quatro eixos apresentados (desenvolvimento econômico, transporte público, mobilidade urbana e desenvolvimento institucional). Dessa forma, recomenda-se o acréscimo de novas assertivas, a serem

aplicadas em estudos posteriores, fundamentadas e na tentativa de replicar a proposta do presente artigo para as demais cidades que compõem a região da Grande ABC.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. Empreendedorismo e responsabilidade social: do conceito ao estudo de caso. *In: PICANÇO, F. C. de A.; SILVA, P. R. da; PERIOTTO, T. R. C. (org.). Empreendedorismo, inovação & desenvolvimento sustentável*. Maringá: Unicesumar, 2019.

CAPELLA, A. C. N. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: ideias, interesses e mudanças. *Caderno EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 14, jul. p.487-505, 2016.

COSTA, E. da S. **Escrever artigo científico não é um bicho-de-sete-cabeças**. *In: SIMKA, S. (org.)*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2018.

EMMENDOERFER, M. L. **Inovação e empreendedorismo no setor público**. Brasília: Enap, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAIR, J.; BLACK W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LÜCHMANN, L. H. H.; SCHAEFER, M. I.; NICOLETTI, A. S. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 2, p.361-396, maio-agosto, 2017.

KLINK, J. J. Regionalismo e reestruturação urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 217-226, maio/ago. 2009.

MADEIRA, L.; PAPI, L.; GELISKI, L.; ROSA, T. Os estudos de políticas públicas em tempos de pandemia. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, abril, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-os-estudos-de-politicas-publicas-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MAUÁ. **Incentivos Seletivos. Lei Nº 3557, de 25 de março de 2003**. Dispõe sobre a criação de incentivos seletivos para o desenvolvimento econômico do município de Mauá e dá outras providências.

MAUÁ. **Decreto Nº 6691, de 08 de abril de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 3557, de 25 de março de 2003, que dispõem sobre a criação de Incentivos Seletivos.

MOURA, R.; HOSHINO, T. de A. P. Estatuto da metrópole: enfim, aprovado! Mas o que oferece à metropolização brasileira? **Observatório das Metrópoles**, p. 1-16, 2015. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.net/download/estatuto_metropole_artigo_rosa.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica**: un manual para a realização de pesquisas em Administração. Universidade Federal de Goiás: UFG, 2011. p. 6-72.

PÉREZ, S. B. *La “metropolización” en Colombia: una aproximación crítica a su institucionalidad*. **Revista Ciudades, estados y política**, 1(1), p. 10-20, 2014.

PEREIRA, G. A.; MOREIRA, B. da S. Consórcio público intermunicipal: características dos municípios participantes. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. 1, p.307-326, jan./jun. 2016.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J N. **Análise de dados para ciências sociais**: a Complementariedade do SPSS. 1. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 1998.

PREARO, L. C.; GOUVÊA, M. A.; MONARI, C.; ROMEIRO, M. do C. Avaliação do emprego da técnica de análise fatorial em teses e dissertações de algumas instituições de ensino superior. **REGE**, São Paulo, v.18, n.4, p.621-638, out./dez. 2011.

RÉ, E. S.; OLIVEIRA, V. E. de. Cooperação intergovernamental na política de mobilidade urbana: o caso do Consórcio Intermunicipal do ABC. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 1, p. 111-123, jan./abr. 2018.

RESENDE, T. C.; EMMENDOERFER, M. L.; MORAIS, M. C. A.; VALADARES, J. L. Empreendedorismo e implementação de políticas públicas: uma análise da criação de um programa de apoio ao desenvolvimento juvenil. **Revista de**

Empreendedorismo e Inovações Sustentáveis. v. 5, n. 2, p.47-61, maio/ago. 2020.

SILVA, C. R. da; TEIXEIRA, A. A. C. Empreendedorismo político local em Portugal: uma análise exploratória. **FEP Working Papers.** n. 427, sept. 2011.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Nova Cultura, 1964.

SIQUEIRA, T. V. de. Os *clusters* de alta tecnologia e o desenvolvimento regional. **Revista do BNDES,** Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 129-198, jun. 2003.

SOUZA, A. C. S. de; REZENDE, D. A.; HARDT, C. Estratégia, planejamento de municípios e gestão metropolitana. **Revista de Administração e Inovação - RAI,** São Paulo, v. 4, n. 1, p. 21-39, 2007.

Recebido em: 28/07/2020

Aceito em: 31/10/2020